



**Congresso Estadual
dos Trabalhadores em
Educação do 3º grau**

**“A Universidade e suas
Múltiplas Faces”**

X CONSINTEST-RN

SINTEST-RN/FASUBRA/CUT

**POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA,
GRATUITA, DE QUALIDADE, COM
COMPROMISSO SOCIAL.**

NATAL – RN
2003

SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO 3º

GRAU DO RN – SINTEST-RN

**POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA,
GRATUITA, DE QUALIDADE, COM
COMPROMISSO SOCIAL.**

**CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DO 3º GRAU DO RN - X
CONSINTEST/RN:**

"A UNIVERSIDADE E SUAS MÚLTIPLAS FACES"

*Congresso realizado no período de
18 à 22 de março de 2003, com
abertura no Auditório da
Faculdade de Farmácia, área dos
hospitais, e desenvolvimento no
Auditório da Biblioteca Central
Zila Mamede, no Campus
Universitário.*

NATAL - RN
2003

COMISSÃO ORGANIZADORA

JOÃO BATISTA SOUSA COSTA – Coordenação de Integração e Política Sindical

MARIA DE LOURDES SOUSA – Coordenação de Educação e Formação

SÔNIA MARIA SILVA – Secretária do Conselho Fiscal

TOMAZ SARTO PIRES DE ALBUQUERQUE – Coordenação de Educação e Formação

MANOEL EUFLAUSINO PEREIRA FILHO – Coordenação de Educação e Formação

EQUIPE DE APOIO

ANA FERNANDES DE SOUSA – Coordenação de Administração e Patrimônio

DULCE LÊDA MONTENEGRO – Coordenação Geral

ISMAEL MARTINIANO SILVA – Suplente da Coordenação

OLAVO BILAC DOS SANTOS – Coordenação de Comunicação

MARIA DE FÁTIMA SOARES CARDOSO DA SILVA – Coordenação Financeira

JOSÉ GERALDO DE FARIAS – Coordenação de Comunicação

1 APRESENTAÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

Tendo como tema “*As Universidades e Suas Múltiplas Faces*”, o X CONSINTEST/RN, foi realizado no período de 18 à 22 de março de 2003, no (BCZM) Auditório da Biblioteca Central Zila Mamede, no Campus Central em Natal/RN.

Durante a solenidade de abertura estiveram presentes os representantes dos partidos políticos (PT, PC do B, PSTU) da CUT, UJS e vários sindicatos.

O Congresso foi muito rico no debate, pois foram realizadas nove palestras: Conjuntura Nacional e Internacional; Reforma da Previdência; Gênero e Raça; Saúde do Trabalhador; Meio Ambiente; Reforma e Estrutura Sindical; Universidade Pública; Autonomia e Fundação; Carreira; e Relação de Trabalho e HU´S.

Sáímos deste Congresso fortalecidos e mais capacitados para enfrentarmos os desafios posto na nova ordem política e social que vive o País. Desafios que nos fazem seguir em frente, resistindo e lutando contra a flexibilidade e extinção de direitos, a precarização cada vez maior das condições de trabalho, dos ataques à nossa organização sindical.

Enfim, desafios que deixam evidente a necessidade de derrotarmos de vez por toda o projeto neoliberalismo imposto ao País por “FHC”, que tanto tem massacrado a classe trabalhadora, dando a nossa contribuição na construção de um Governo que se propõe fazer as mudanças de que tanto precisa a classe trabalhadora.

Nas páginas deste cardeno, estão registradas as discussões e resoluções definidas pelos delegados e delegadas ao X CONSINTEST/RN.

Aproveitamos para agradecer a todos pelo respeito com que trataram as diferenças, proporcionando assim, o exercício da plena democracia que marcou nossos debates. Agradecemos também o empenho e a dedicação de toda a equipe de funcionários e colaboradores e dos diretores do SINTEST/RN que trabalharam incansavelmente para o êxito deste congresso.

Natal, 01 de abril de 2003.

Saudações Sindicais

2 RESOLUÇÕES

2 RESOLUÇÕES

2.1 Conjuntura Internacional

2.1.1 A crise capitalista de superprodução

O novo século inicia-se sob a mais profunda e incontrolável crise estrutural do capitalismo. Trata-se de uma crise de superprodução que avança por todos os lados, tornando-se um fenômeno de constante destruição das forças produtivas, cujas manifestações clássicas foram a crise mexicana (1994), a crise no Sudeste Asiático (1997), a crise russa (1998), a brasileira (1999), a crise Argentina (2001) e a crise do Uruguai (2002). O agravamento da crise estrutural do capitalismo, cujo ápice de suas contradições revelam-se nas crises de superprodução, em função da tendência da queda da taxa de lucro, exigindo que o capitalismo extraia mais-valor, mais-trabalho. Para isso, é mister escravizar mais povos, saquear mais nações, destruindo mais economias semicoloniais.

A falência de empresas, o crescimento do desemprego, a transferência de capital da esfera da produção à esfera da especulação, o ataque frontal aos direitos dos trabalhadores, sobretudo corte de salários, são sinais da crise de superprodução, que é o ápice das contradições capitalistas, principalmente resultado do choque entre o amplo desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção. Estas travam o desenvolvimento e expansão daquelas.

Todos os planos neoliberais, aplicados a fundo nos países coloniais e semicoloniais, foram tentativas de retirar o capitalismo de sua crise estrutural que depois de três décadas de expansão econômica, o boom do pós-guerra (Segunda Guerra mundial), entrou numa situação de autodestruição. O início desta nova etapa

de decadência ocorre com a crise do petróleo em 1974. Foi a partir daí que se constatou a necessidade, por parte dos capitalistas, de buscar uma solução e explicação para a crise do capitalismo. Os teóricos burgueses colocavam que o capitalismo entrava numa nova fase de renovação de base tecnológica, principalmente na era da informática, robótica, química fina e engenharia genética. E era preciso que os países capitalistas renovassem os padrões de acumulação que tudo seria contornado. Contudo, esse modelo explicativo falhou porque as empresas e os setores em crise eram justamente aqueles que seriam os responsáveis pelo novo processo de acumulação, baseado num novo padrão tecnológico.

A crise ganhou forma recessiva no início da década de 80 que foi considerada uma década perdida. Então, a partir dos fins da década de 80 e início da de 90, chegou-se à conclusão que todo o problema era que a economia mundial estava fortemente impactada pela presença da intervenção estatal, por isso era preciso retirar o papel do Estado da economia e deixar que o mercado ditasse suas próprias leis. Foi então que surgiu o Consenso de Washington (reuniões que ocorreram entre economistas do Banco Mundial, do FMI e do Tesouro Americano) que apontou como saída para a crise do capital os planos neoliberais. A política para salvar o capitalismo era aplicar os planos de abertura dos mercados (dos países coloniais e semicoloniais, ex-Estados operários), privatizar todos os ramos da economia, dolarizar as moedas (âncora cambial) e quebrar todos os direitos dos trabalhadores, cujo eixo central era flexibilizar as relações de trabalho. Todo esse conjunto de medidas se constitui as receitas do neoliberalismo que foram aplicados nos países coloniais e semicoloniais, o que na prática significou mais miséria para as massas. Estas têm reagido nos quatro cantos do mundo, sejam o levante de Chiapas no México, a luta dos camponeses e

indígenas no Equador e Bolívia; as rebeliões estudantis na Coreia do Sul; as greves dos aeroviários nos Estados Unidos ou dos caminhoneiros na França; a luta dos imigrantes em toda a Europa; os movimentos antiglobalização Seattle, Praga, Quebec, Gênova.

No momento em que se iniciam os debates do X CONSINTEST/RN, a conjuntura internacional desenrola-se num cenário político contraditório, marcado de um lado por uma aguda crise do sistema capitalista, o esgotamento da política neoliberal e uma ofensiva diplomática e militar do imperialismo estadunidense contra países do chamado Terceiro Mundo que, provavelmente, não encontra paralelo na história, com uma crescente ingerência da Casa Branca em conflitos internos alheios e recorrentes ameaças de guerra. De um outro lado, sobressai o avanço da consciência social e da luta dos trabalhadores e dos povos em defesa de novos rumos políticos. Manifestações contra a guerra e a "globalização neoliberal" mobilizam milhões em todo o mundo. Há um forte clamor pela paz e por mudanças. As forças populares têm conquistado significativas vitórias eleitorais na América Latina, despertando esperança e descortinando a perspectiva de construção de um modelo alternativo ao neoliberalismo, capaz de responder ao desafio de promover desenvolvimento e emprego, erradicar a fome e a miséria, bem como de realizar políticas externas soberanas, fundamentadas na defesa do direito à autodeterminação das nações e preservação da paz mundial.

Um grave e grande dilema entre sombra e luz, estagnação e desenvolvimento, guerra e paz, servilismo e soberania, medo e esperança, domina o horizonte do nosso tempo e desafia a humanidade.

2.1.2 Uma economia em crise

À exceção de alguns países asiáticos, especialmente a China, o mundo está mergulhado numa crise econômica razoavelmente generalizada. Uma crise que já pode ser considerada crônica e que ostenta entre suas principais características níveis irrisórios de crescimento, em alguns casos recessão ou estagnação da produção, desemprego em massa e instabilidade global dos valores relativos das moedas e dos fluxos de capitais, fenômenos que refletem desequilíbrios insustentáveis nas transações econômicas entre as nações e a acumulação de passivos externos impagáveis. O perigo de guerra está agravando as dificuldades econômicas, elevando o preço do petróleo e das matérias-primas e acentuando a instabilidade financeira.

Os EUA, donos do maior mercado do mundo, ainda não se recuperaram da recessão de 2001 e das perdas bilionárias nas bolsas de valores. Neste momento, amargam o maior nível de desemprego dos últimos anos. Do outro lado do Atlântico, a economia estagnou na Alemanha e em boa parte dos países europeus, enquanto que, na Ásia, o Japão, embora na posição de grande potência financeira e credor mundial, não conseguiu se livrar do pântano da estagnação em que se meteu lá pelos anos 90. Na América Latina, um grande número de nações, sufocadas pelo endividamento externo e queda das reservas em ouro e moedas fortes, está à beira da insolvência e às voltas com recorrentes crises cambiais. A renda média per capita da região equivale à de 20 anos atrás. O desemprego é recorde. A classe trabalhadora é a principal vítima da crise. Sofre com a carência de emprego, a

precarização dos contratos, o arrocho dos salários e a crescente violência que assola os centros urbanos.

É bom notar que, muito embora a "globalização neoliberal" tenha ampliado os laços econômicos entre os países e as possibilidades de disseminação e contágio das turbulências financeiras, a crise não se distribuiu de maneira uniforme entre as diferentes regiões e nações. Seus efeitos são mais perversos nos países relativamente pobres, dependentes de capital estrangeiro, prisioneiros do "Consenso de Washington" e do FMI. A situação da Ásia, por exemplo, não é a mesma da América Latina.

A China em particular tem revelado notável imunidade ao mau humor da chamada economia mundial. Em contraste com a crise generalizada do mundo capitalista, a China tem logrado um desenvolvimento extraordinário de suas forças produtivas, obtendo crescimento ininterrupto do PIB a taxas invejáveis, estimadas em mais de 9% ao ano nas duas últimas décadas, o que constitui resultado inegável do "socialismo de mercado" implementado pelo governo chinês. Também é um fato amplamente reconhecido que países que desprezaram as recomendações do FMI e seguiram um caminho próprio na abordagem da crise, como a Malásia e mais recentemente a Coreia do Sul, estão hoje em melhor situação. São experiências concretas que demonstram a existência de alternativas teóricas e práticas à política ditada pelo pensamento único neoliberal.

2.1.3 A escalada militar em busca do lucro

O novo século se inicia em uma conjuntura de maior acirramento da luta de classe em nível internacional. A crise econômica do capitalismo em sua fase imperialista tem feito com que os EUA, através do governo de Bush, desenvolvam uma política cada vez mais agressiva de disputa de mercados a ponto da humanidade novamente estar diante do perigo de uma nova escalada militar e de guerras. Os EUA, enquanto única superpotência militar do planeta, tem atuado no sentido de aumentar ainda mais sua dominação sobre o mundo através da força, inaugurando a tese dos "ataques preventivos" como subterfúgio para impor sua hegemonia econômica e garantir sua predominância no mercado mundial.

Neste sentido, a guerra contra o Iraque não passa de um pretexto para que os EUA possam ampliar seu controle sobre a produção de petróleo do Oriente Médio, em uma corrida por reservas naturais que em sua maioria estão concentradas nos países subdesenvolvidos. O que explica também a política de Bush para a Venezuela, que apoiou a ação golpista da direita contra o presidente Hugo Chávez, quando este buscava desenvolver uma política de defesa do petróleo nacional, contrariando interesses norte americanos. Da mesma forma que o Plano Colômbia representa a tentativa de Bush em avançar na instalação de novas bases militares em nosso continente, partindo para uma política de militarização dos conflitos sociais contra os movimentos que resistem a sua dominação.

2.1.4 Unir as lutas contra a globalização e a guerra

A escalada militar do imperialismo norte-americano e sua dominação econômica através da globalização têm provocado, por outro lado, uma reação mundial contra

as políticas do império. No momento em que escrevíamos esta contribuição ao X CONSINTEST, as manifestações contra a guerra se fortaleciam em várias partes do mundo. Na Europa, foram realizados atos de 500 mil pessoas contra a guerra e, no próprio EUA, o movimento antiguerra realizava manifestações de 100 mil pessoas em Washington, antes mesmo que tivesse sido dado o primeiro disparo contra o Iraque. Cresce, portanto o repúdio a essa nova guerra, que pode significar um milhão de refugiados, dois milhões de desabrigados, mais de quatro milhões de famintos, além de milhares de mortes, segundo a própria ONU.

O movimento antiglobalização por sua vez tem dado demonstração de seu fortalecimento através das manifestações realizadas pelos quatro cantos do planeta e pela realização do Fórum Social Mundial, que em sua terceira edição contou com a presença de mais de 100 mil pessoas, mais de cinco mil organizações sociais e dezenas de países, tendo uma postura firme de condenação à guerra de Bush e sendo um espaço de articulação da luta e da solidariedade internacional.

O maior desafio dos trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas neste momento da conjuntura internacional é unir a luta contra a globalização capitalista e o militarismo de Bush. É possível constituir um amplo movimento internacional contra a guerra e em defesa dos direitos dos trabalhadores, que estão sendo duramente atacados pelas políticas econômicas impostas pelos organismos financeiros internacionais, como o FMI e a OMC. Exemplo disso foram as grandes manifestações realizadas no dia 15 de fevereiro, no primeiro Dia Mundial de Luta contra a Guerra, reunindo 10 milhões de pessoas em mais de 600 cidades em todo o mundo.

A crise econômica do capitalismo, em sua atual fase imperialista e financeira, empurrará os trabalhadores para uma situação de miséria cada vez maior e colocará a humanidade a beira da barbárie, se não houver uma forte resistência contra este modelo econômico. E os trabalhadores têm reagido a esta situação em várias partes do mundo, como tem sido o exemplo das gigantescas mobilizações na Itália, onde manifestações de mais de um milhão de trabalhadores tem ganhado as ruas em oposição às contra-reformas trabalhistas do governo de direita de Silvio Berlusconi. Ou ainda as manifestações em vários países da Europa contra a escalada racista e a xenofobia promovida por ultradireitistas, como Le Pen, na França, e Asnar, na Espanha.

2.2 Conjuntura Nacional

2.2.1 Uma grande vitória popular

No Brasil, os trabalhadores, as trabalhadoras e o povo conquistaram em outubro do ano passado uma vitória de dimensões históricas com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. A base objetiva para este resultado foi o esgotamento e a falência do modelo neoliberal, imposto à nação pelo governo FHC, sob orientação do FMI e dos EUA. A herança desta política é perversa para a nação e, sobretudo, para os assalariados. O Brasil chegou às portas da insolvência, com reservas internacionais em nível crítico e decrescente; com uma economia estagnada; com um passivo externo, que corresponde a cerca de 70% do PIB e gera uma necessidade de financiamento externo em superior a 40 bilhões de dólares ao

ano; com crises cambiais recorrentes e um real depreciado que vem provocando um assustador aumento da inflação; com uma dívida interna preocupante, em boa medida dolarizada; com arrocho e redução da participação dos salários na renda nacional, desemprego em massa, índices aterradores de violência, informalização e precarização dos contratos e condições de trabalho. Em resumo, trata-se de uma "situação gravíssima", nas palavras do presidente Lula, que torna mais complexa, incerta e árida a transição para uma nova política econômica.

O recado das urnas foi muito claro. O eleitorado brasileiro condenou energicamente o modelo neoliberal, que cobrou pesados sacrifícios à maioria e só favoreceu os interesses da grande burguesia brasileira, em particular dos banqueiros, e do capital estrangeiro. A nação reclama mudanças. A vitória de Lula e da frente de oposição despertou uma grande esperança popular em um novo rumo para o Brasil.

O resultado eleitoral expressou um notável avanço da consciência social e mudanças positivas no imaginário das massas. Alterou a correlação de forças e criou um cenário político bem mais favorável à luta da classe trabalhadora. Nosso país ingressou num período de transição e devemos ter consciência de que a mudança para um novo modelo de desenvolvimento ainda não está dada e nem virá com um estalar de dedos, sem lutas entre o velho e o novo, contradições, avanços e recuos. Embora derrotadas nas urnas, as forças ligadas ao capital financeiro internacional e aos beneficiários locais do velho modelo continuam vivas, atuando com vigor e cinismo no sentido de limitar os passos do novo governo e impedir mudanças substanciais na política econômica. A herança perversa de FHC (em especial a vulnerabilidade externa exacerbada e o recrudescimento da inflação) também conspira contra o sucesso da transição.

2.2.2 Uma nova tática

Por decisão de sua última plenária nacional, a CUT apoiou a candidatura Lula, adotando uma posição justa e avançada, orientada pela percepção de que, sobretudo em períodos críticos como esses que vivemos, as lutas isoladas das categorias e o embate sindical por si só não são suficientes para defender os interesses maiores da classe trabalhadora, impondo-se por consequência a participação política da Central nas batalhas políticas mais gerais em curso no país. A nova situação criada com a eleição cobra da CUT (que tem sua cota de responsabilidade e participação no resultado do pleito) a elaboração de uma nova tática e quem sabe uma nova estratégia. Vivemos um cenário político diferente, que demanda uma conduta distinta. Seria muito equivocados adotar diante do governo Lula a mesma postura assumida durante o governo neoliberal de FHC.

É preciso consolidar a vitória e apoiar a nova administração, lutando para que a transição ocorra com sucesso no sentido de superação do atual modelo e constituição de um governo orientado pelos interesses maiores da nação e, em especial, dos trabalhadores.

É indispensável lutar para que a transição em curso se dê no rumo da superação da política econômica herdada de FHC, que infelizmente o governo Lula ainda não conseguiu superar. Duas décadas perdidas (anos 80 e 90) e a persistência da estagnação econômica nos dois últimos anos devem nos servir de alerta e prova suficiente de que o FMI não é bom conselheiro. A ênfase em medidas que visam acalmar mercados embriagados pela especulação, os elevados superávits primários para bancar juros da dívida pública, a manutenção da maior taxa de juros do

planeta, a concessão de autonomia ao Banco Central, o respeito dogmático a contratos danosos à economia nacional e em certos aspectos obscuros, o tabu da liberdade incondicional aos movimentos (fluxos) do capital, e ao mercado de divisas (câmbio flutuante), são fatos preocupantes, que não sinalizam o caminho da mudança e também não podem passar despercebidos — devem ser acompanhados com espírito crítico pelos trabalhadores, pois é inegável que traduzem a velha e intragável política econômica neoliberal, cuja contrapartida tem sido o sacrifício do desenvolvimento, a estagnação da renda per capita, o desemprego em massa, o avanço da criminalidade e da violência.

2.2.3 O desafio do desenvolvimento

O principal desafio da nova administração é a recuperação do crescimento duradouro da economia nacional. Uma outra época só será inaugurada quando a economia brasileira voltar a exibir taxas de desenvolvimento econômico e nível de emprego compatíveis com as necessidades e potencialidades do povo brasileiro. Justifica-se e merece o apoio da CUT a negociação de um pacto nacional pelo crescimento e o emprego, envolvendo todos os segmentos da nossa sociedade interessados no avanço das forças produtivas.

É indispensável compreender que não será possível, nas condições dadas pela crise econômica e as instituições vigentes no país, realizar as transformações que a nação reclama sem reunir uma maioria política favorável a um novo rumo. É justo que o governo Lula encaminhe uma política de frente ampla com outras forças sociais e políticas. Obviamente, as concepções sobre o caminho a percorrer e os

interesses das classes e grupos envolvidos na proposta de pacto são e serão em muitos aspectos divergentes e contraditórios.

A Corrente Sindical Classista, Articulação e Independentes entendem que as massas trabalhadoras devem ser as principais protagonistas do novo projeto e que a recuperação do crescimento não é compatível com a política neoliberal sugerida pelo FMI e não será alcançada enquanto a política econômica estiver subordinada aos interesses do capital financeiro, pois esses interesses — ainda dominantes na sociedade brasileira e em nome dos quais hoje se exige o arrocho fiscal, a alta dos juros e a depreciação do real — já não estão em harmonia com os interesses maiores da nação brasileira e a necessidade inadiável de desenvolvimento econômico. Na atualidade, os interesses populares é que podem iluminar o caminho do crescimento.

2.2.4 Elegemos Lula, exigimos mudanças!

Pela primeira vez na história brasileira um operário ganha as eleições presidenciais. A vitória de Lula é a expressão eleitoral de um processo de mais de vinte anos de lutas e mobilizações. A classe trabalhadora brasileira foi para a ofensiva e derrubou a ditadura militar, construiu o PT e a maior central sindical da América Latina, a CUT. Com suas mobilizações e greves, fez a experiência com os governos patronais e seus planos. Nestes anos de neoliberalismo, nossa classe resistiu e acumulou a experiência de que os planos neoliberais só trouxeram o aumento da miséria, do desemprego, da maior dependência aos capitais especulativos e da subordinação aos interesses dos EUA. A vitória de Lula, portanto,

coloca a classe trabalhadora em uma situação mais favorável para lutar por suas bandeiras históricas e avançar na obtenção de direitos. Sendo necessário para isso, estar mobilizada para poder exercer pressão sobre o novo governo, tendo em vista que a burguesia (produtiva ou financeira) não irá abrir mão, pela simples força do diálogo ou do pacto social, de suas vantagens historicamente consolidadas e de seus lucros, obtidos através da exploração da força de trabalho dos trabalhadores e do ataque aos seus direitos.

2.2.5 Pela imediata ruptura com as medidas neoliberais de FHC: não a ALCA – moratória à dívida externa

O governo Lula tem afirmado que precisa de um “tempo” para realizar uma transição entre as medidas do plano neoliberal implementado por FHC e uma nova política econômica para o país. No entanto, o que temos visto até agora é a ausência de medidas concretas que apontem para esta transição. A pauta de reformas propostas pelo governo, com a reforma da previdência encabeçando a lista, é uma demonstração de que neste momento o que mais está pesando é a continuidade, e não a ruptura ou mesmo a transição. As medidas tomadas no início deste governo não só mantiveram, como também aprofundaram, a mesma lógica da política econômica neoliberal herdada de FHC.

O aumento do superávit primário, de 3,75% para 4,25%, para pagar os juros da dívida externa aos banqueiros internacionais, obtido através do corte de cerca de R\$ 14 bilhões no orçamento de 2003, atingindo diretamente as áreas sociais, foi uma demonstração inequívoca da continuidade da política econômica anterior. Outro fato

tem sido os aumentos nas taxas de juros, mantidos pelo atual governo. Além disso, Palocci, ministro da Fazenda, deu já várias outras indicações de continuidade como a que aponta para a privatização dos bancos estaduais. Chegou-se ao cúmulo, no pacote de corte de gastos adotado em fevereiro, de reduzir verbas da saúde em torno de R\$ 1,6 bilhão, da educação em mais de R\$ 300 milhões, da reforma agrária em cerca de R\$ 400 milhões, e assim por diante. Ao todo, corte nas áreas sociais atingiram R\$ 5 bilhões de reais. Tudo isso para "honrar os contratos" com o FMI.

Enquanto os cortes orçamentários representam maior sacrifício para a maioria do povo e para a própria economia nacional, as multinacionais continuam, enviam seus lucros para fora do país, obtidos através da exploração dos trabalhadores latino-americanos. Somente no último período foram mais de U\$ 1 trilhão de dólares (R\$ 3 trilhões de reais) de lucros enviados para as matrizes das multinacionais, com sede nos países imperialistas e em particular nos EUA. Uma sangria que o governo Lula precisa estancar!

A manutenção desta política econômica, de juros altos e cortes de gastos sociais e para gerar desenvolvimento, terá como consequência uma maior recessão na economia e o aumento do desemprego, do arrocho salarial e da miséria entre a maioria do povo. Os contrapesos oferecidos pelo governo não passam de meras medidas assistenciais, incapazes de corrigir o tremendo fosso existente entre ricos e pobres no país. O programa Fome Zero, por exemplo, baseado na distribuição de cupons de R\$ 50 reais mensais para famílias necessitadas, está ancorado no assistencialismo e não terá, nem a médio nem em longo prazo, capacidade de gerar uma verdadeira distribuição de renda.

Por isso, defendemos a imediata ruptura com as medidas neoliberais de FHC. Defendemos que a CUT lute por um outro plano econômico, que garanta o tão esperado crescimento econômico, a distribuição de renda através da geração de emprego, o aumento dos investimentos públicos nas áreas sociais como educação, saúde, habitação, saneamento básico e a realização de uma ampla reforma agrária, capaz de combater a fome e tirar da miséria milhões de famílias de sem-terra. Um plano econômico que só pode ser colocado em prática se o país romper com o conjunto das políticas impostas pelo FMI, começando pela *suspensão do pagamento da dívida externa* e o investimento destes recursos no desenvolvimento do país, a favor dos interesses dos trabalhadores.

2.2.6 Nem os novos aliados, nem as velhas reformas

Neste debate, não negamos a necessidade de que o país necessite de reformas para avançar no seu desenvolvimento econômico e social, buscando fundamentalmente romper a lógica neoliberal imposta durante os últimos oito anos. No entanto, o que tem sido apresentado como prioritário pelo Governo Lula, no terreno das reformas, não representam, de forma alguma, nenhuma mudança em relação as reformas defendidas por FHC. Na pauta imposta pelo governo, em vez de reforma agrária, se fala em reforma da previdência com corte de direitos. Em vez de controle dos capitais e combate a especulação financeira, se propõe a independência do Banco Central, tornando esta instituição, fundamental para o controle estatal da economia de um país, ainda mais vulnerável aos interesses dos banqueiros e especuladores. Como se não bastasse que o presidente do BC indicado por Lula, já

não fosse um político vindo do PSDB e um representante incontestável dos banqueiros, que recebe a gorda aposentadoria de U\$ 750 mil dólares por ano (média de R\$ 200 mil reais por mês), paga pelo Banco de Boston pelos seus serviços prestados quando foi presidente deste grande banco.

Apoiado na sua alta popularidade, o governo Lula pretende fazer passar no Congresso Nacional as reformas consideradas pelo próprio governo como as “mais amargas”. Enquanto isso, crescem a desconfiança e diminuem-se as expectativas de mudança que levaram Lula a presidência da república. Em busca da dita maioria parlamentar para aprovar estas reformas, o governo tem dado passos no sentido de ampliar sua base de apoio tanto no Congresso como no Senado, através da ampliação das alianças com os partidos burgueses. O novo aliado é o PMDB, que além de ter eleito José Sarney presidente do Senado, terá ainda uma participação mais direta no próprio governo através de outros cargos. A cúpula do governo, inclusive, tem feito uma intensa campanha para que todos os seus passos à direita sejam considerados como “normal”, simplesmente porque agora o PT é governo. Ou seja, não haverá as grandes mudanças que se defendiam antes, os aliados de hoje são os que combatíamos antes, as reivindicações históricas dos trabalhadores perderam sentido e o Brasil continua como sempre esteve: dominado pelas mesmas elites econômicas, só que agora com um verniz mais social.

E tem sido justamente isto o que os parlamentares da esquerda petista, como Heloísa Helena, Luciana Genro, Lindberg Farias e Babá tem corretamente criticado e combatido no interior da bancada do PT, no Congresso Nacional, e junto à sociedade e aos setores mais organizados como o funcionalismo público. Uma postura crítica que deve ser apoiada e respaldada pelos movimentos sociais, que votaram em Lula

porque querem mudanças e não aceitam a manutenção da política econômica anterior e dos novos aliados burgueses do governo Lula.

2.2.7 Reforma da previdência - a verdade e os interesses

Mais uma vez a proposta de reforma previdenciária assume a ordem do dia no Brasil. Nos debates sobre ações a serem efetivadas com o objetivo de corrigir distorções e proporcionar moralização nas contas públicas, manter o superávit primário e, como alega o atual governo, gerar poupança interna objetivando reduzir a dependência do capital internacional e impulsionar o crescimento econômico do país, algumas reformas são apresentadas como indispensáveis. Entre elas, destaca-se a reforma da previdência.

No caso da previdência, o debate está enviesado e, em muitos aspectos, o atual governo mantém, sem uma análise mais profunda, propostas, valores e conceitos herdados de governos anteriores. Ao invés de analisar a seguridade social do ponto de vista efetivamente social, retoma o discurso monetarista do governo anterior de redução de gastos visando à redução de um possível déficit no sistema previdenciário brasileiro e à necessidade de reforma, propondo principalmente a retirada de direitos e o envio de mais trabalhadores para os braços do sistema financeiro, através da implantação de fundos de pensão e de planos de previdência privada individuais para os servidores públicos. O próprio conceito de déficit é controverso, visto que despesas de seguridade social são incluídas na conta da Previdência, enquanto impostos que deviam custeá-las são desviados para outras finalidades,

especialmente para o pagamento de juros, que sufoca o orçamento público numa camisa de força.

O combate ao suposto "déficit" passaria necessariamente pelo corte de direitos, muitas vezes apresentados como privilégios, num discurso que acaba satanizando os servidores e coloca os trabalhadores do setor privado contra os do setor público, como se estes fossem os culpados pelo baixo nível dos benefícios previdenciários.

Entretanto, basta analisar os dados existentes para que muitos mitos e constatações, deixados por governos anteriores, sejam desmontados. Inicialmente, o déficit da seguridade social é facilmente desmontado ao se constatar que apenas a comparação entre o que é arrecadado e o que é pago nas três áreas (saúde, previdência e assistência social), há um superávit de R\$ 36 bilhões no ano de 2002. Se for incluído o gasto com servidores federais, civis e militares, mais trabalhadores do setor privado, mesmo assim se mantém um superávit de R\$ 16,8 bilhões.

Mesmo do ponto de vista do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), que engloba os trabalhadores regidos pela CLT, o quadro é favorável. Se considerarmos apenas os benefícios previdenciários urbanos (que têm fonte específica), excluindo os benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social, os benefícios de prestação continuada, e os benefícios rurais, a receita previdenciária é superior à despesa.

O déficit apresentado pelo governo de aproximadamente R\$ 17 bilhões em 2002, e previsto em R\$ 19 bilhões para 2003, inclui justamente os valores que nem sequer a lei considera como previdenciários, apenas pelo fato de ser o INSS o agente pagador. A cobertura constitucional do Tesouro para o setor rural equivalente a R\$ 14,7 bilhões (86,47% do "déficit"), a reforma propõe tirar da responsabilidade do Tesouro e jogar nas costas dos trabalhadores assalariados, públicos e privados. Se

outra forma de financiamento deve ser buscada, com certeza não é do salário dos trabalhadores que deve sair esse financiamento. É necessário que se discuta, inclusive, a legislação de taxação sobre a produção da agroindústria, aliviando ao máximo os encargos sobre empregados e pequenos produtores rurais.

Na verdade, as dificuldades do regime geral podem ser localizadas em alguns pontos que, se combatidos, em muito contribuirão para melhorar a previdência social brasileira. Entre eles podemos citar:

- Combate à precarização das relações trabalhistas;
- 63% da PEA (população economicamente ativa) encontram-se na informalidade;
- 54,3% dos que trabalham no país não contribuem para nenhum tipo de previdência, sendo indispensável reverter este quadro;
- R\$ 9,2 bilhões de renúncia fiscal, só em 2002 (mais da metade do déficit anunciado - entidades filantrópicas, clubes de futebol, SIMPLES, empregador doméstico, etc);
- Cerca de R\$ 10 bilhões/ano de fraudes e sonegações;
- Aproximadamente R\$ 75 bilhões de acúmulo da dívida ativa não cobrada;
- Cerca de R\$ 11 bilhões/ano retidos da COFINS pelo Tesouro para pagamento de encargos da dívida externa e outras despesas da União;
- Cerca de R\$ 3,3 bilhões/ano retidos da CPMF pelo Tesouro com os mesmos objetivos;
- Cerca de R\$ 2 bilhões/ano retidos da CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido) pelo Tesouro também com objetivos citados.

Se questões como essas forem tratadas como deveriam, teríamos uma situação muito mais confortável no regime geral de previdência. Também é necessária a realização de uma efetiva reforma tributária, antecedendo a qualquer reforma previdenciária, onde seja retirada a carga maior da folha de salários, hoje responsável por aproximadamente 95% da arrecadação do INSS. Há necessidade de ser discutida a cobrança sobre o faturamento das empresas.

Também deve ser rediscutido o conceito de entidades filantrópicas, além da retirada das contribuições sociais e previdenciárias de qualquer tipo de isenção dada pelo poder público. Receitas destinadas ao custeio de benefícios de ordem social não podem ter o mesmo tratamento de receitas fiscais. Inclusive por isso, o orçamento da seguridade social tem que obrigatoriamente ser desvinculado do orçamento fiscal. Dessa forma, o correto seria, ao contrário do desmembramento da assistência social do Ministério da Previdência, a unificação das áreas de saúde, previdência e assistência social em um único ministério da seguridade social.

Quanto aos servidores públicos, alguns esclarecimentos são necessários para desmistificar os ditos privilégios e a alegada culpa pelos males na previdência. Inicialmente, cabe lembrar que a legislação mantém os servidores em regime próprio (salvo alguns regidos pela CLT, principalmente em municípios de pequeno porte). Assim não podem ser incluídos em cálculos unificados com os do regime geral.

Quanto à relação entre o custeio e pagamento de benefícios dos servidores, é importante lembrar que, desde o governo Collor, a quantidade de servidores ativos vem se reduzindo drasticamente. De um total superior a 710 mil servidores em 1989, em 2002 o quantitativo foi reduzido para menos de 460 mil ativos. Este número é resultado da política de desmonte dos serviços públicos e da não reposição dos

servidores que se aposentaram ou morreram. Ainda como consequência dessa política, a idade média do funcionalismo vem subindo, chegando a 45 anos em 2002.

Estudos do IPEA mostram que a diferença entre receita e despesas totais (incluindo servidores aposentados antes da implantação do regime contributivo, que deveriam ser contabilizados como despesa exclusiva do Tesouro) referentes às aposentadorias no setor público, estaria estável em relação ao PIB por pelo menos 20 anos. Nos próximos 10 anos, o percentual estaria próximo dos 5,75% do PIB, podendo chegar a 6,3% em 2023. Isto se nenhuma melhoria for implementada, inclusive não realizando a necessária contratação de novos servidores para substituir os aposentados, o que aumentaria a receita.

A alegação de que a despesa com aposentadorias dos servidores federais dobrou nos últimos oito anos, se corretamente interpretada pode ser desmistificada. Ao comparar os R\$ 10,2 bilhões em 1995 aos R\$ 20 bilhões em 2002, se obtém 96% de crescimento absoluto nas despesas. São valores nominais, que não consideram a inflação do período. Porém, se comparados os gastos à receita corrente líquida nos referidos anos, os percentuais são de 14,6% em 1995 e de 9,8% em 2002, o que comprova redução nos gastos com aposentadoria dos servidores federais. Se comparada ao PIB, a redução também se confirma. Em 1995, segundo o Banco Central, a folha de pagamento federal foi equivalente a 5,99% do PIB e em 2001 foi de 5,25%. Isto, mesmo com a redução gradativa do número de servidores ativos e o crescimento dos inativos.

Quanto ao financiamento, comparando-se os R\$ 32 bilhões informados pelo Governo Federal, em 1999, aos R\$ 56 bilhões previstos para 2003, obtém-se o

crescimento nominal de 75%, que, se descontada a inflação projetada para o período, cai para o percentual de 4% (que qualquer economista considera estável).

Os números sugerem que não são econômicas (do ponto de vista interno) as razões da reforma proposta. Alegar que o setor público é deficitário, pois não arrecada dos servidores o suficiente para cobrir as despesas, também é falso, pois apenas a partir de 1993 foi definitivamente implantado o regime contributivo.

A decisão de implantar um regime próprio de previdência, contributivo, para os servidores, deveria levar em conta o quantitativo de servidores que atingiriam o tempo necessário para a aposentadoria imediatamente após a implantação da legislação. Isso não foi feito. Desta forma, sem a destinação de fonte específica de custeio para essas aposentadorias, automaticamente essa despesa passou a ser assumida como de total responsabilidade do Tesouro. Assim, não pode ser contabilizada como despesa do regime próprio dos servidores que passaram a contribuir a partir da nova lei.

Da mesma forma, as pessoas que ingressaram no serviço público oriundos de outros regimes (CLT, por exemplo), não tiveram a compensação efetivada entre os regimes levando em consideração o custeio da nova situação. Também tem que ser considerado que nunca foi feito o repasse para o Tesouro dos valores recolhidos pelo regime geral quando os servidores públicos eram regidos pela CLT, durante as décadas de 70 e 80 passadas. Outra questão a ser considerada é que, mesmo após a criação de um regime próprio para os servidores, em momento algum os governos implantaram um fundo específico e participaram com a sua parte, que por lei é equivalente a duas vezes a participação dos servidores.

As argumentações apresentadas provam a falácia quanto ao déficit, no serviço público. Pelo contrário, o Estado é quem deve e não paga. Outro argumento contrário à proposta de reforma, e que desmente que há necessidade de redução de gastos, é que se implantado o regime de fundos de pensão para os servidores públicos com a aplicação de um teto igual ao do regime geral, haveria um gasto adicional de R\$ 2,1 bilhões só em 2004, e esse prejuízo só se dissiparia a partir de 2028. Isto, devido à necessidade de contribuição dos governos para o regime geral (2x1) e para os fundos de pensão (1x1) como contrapartida da contribuição dos servidores.

Os servidores públicos devem têm considerada sua relação com a sociedade, seus direitos e obrigações que os diferenciam — sem fazer melhores — dos demais trabalhadores. Podemos citar:

- Teto de remuneração - A lei limita os vencimentos dos servidores, o que não existe no setor privado;
- Evolução profissional e salarial definidos por lei, sem direito a negociação com empregadores, diferentemente dos demais trabalhadores;
- Proibição de acúmulo de cargos, permitido aos que não são servidores públicos;
- Proibição de acúmulo de benefícios previdenciários;
- Não permissão de recebimento de FGTS (8% da remuneração, acumulados ao longo da carreira);
- Possibilidade de ter benefício "cassado" por improbidade;
- Sem direito a dissídio coletivo, ou contratação;
- Sem direito a participação em lucros ou resultados.

Os argumentos apresentados mostram o desmonte dos argumentos apresentados pelos que defendem a reforma. Entretanto, se mesmo assim for avaliada a necessidade de aperfeiçoamento, este pode ser conseguido sem reduzir direitos. Esses poderiam ser:

- Evitar abusos e desvios na concessão de pensões;
- Ampliação do tempo de serviço público para a concessão de aposentadoria integral;
- Estabelecimento de teto único entre os três poderes, evitando aposentadorias milionárias;
- Punição aos administradores públicos inadimplentes com o regime próprio dos servidores.

É muito provável que o objetivo da reforma neste momento seja a implantação de fundos de pensão para servidores públicos, como determina o relatório do Banco Mundial de 2000. É a remessa de dinheiro público para o sistema financeiro privado a finalidade última. A renda média acima da maioria dos segmentos da classe trabalhadora, a relativa estabilidade, com a maioria dos servidores permanecendo em atividade (contribuindo) por muitos anos até atingir a idade para aposentadoria, entre outros pontos tornam o funcionalismo público alvo do sistema financeiro. Não por acaso os maiores fundos de pensão nos Estados Unidos e na Europa serem de servidores públicos.

Se o objetivo é o aperfeiçoamento, a modernização da previdência social no Brasil, não são as propostas apresentadas que trarão esses resultados. Da forma proposta, hoje se retiram direitos de servidores, no futuro, mais arrocho para os trabalhadores do regime geral. Reformas são necessárias. Basta que se apliquem as

leis vigentes com esse objetivo e aperfeiçoar a regulamentação necessária para coibir os crimes contra os trabalhadores. Da mesma forma que foi feito na Europa, a discussão com a sociedade sem pressa e bem feita, pode trazer avanços aos direitos dos trabalhadores. Durante três décadas a França promoveu o crescimento dos valores das aposentadorias e pensões junto com crescimento econômico. Exemplos como esse podem ser analisados e priorizados, ao invés de propor soluções centradas na redução de direitos.

2.2.7.1 Reforma da Previdência: a CUT deve repudiar as medidas neoliberais!

A CUT deve desmascarar o falso discurso de que a reforma da previdência, da forma que está sendo proposta, sem diferenças com o modelo de FHC, seja para “ajudar os trabalhadores e garantir a aposentadoria das futuras gerações”. Sem a garantia dos direitos e conquistas de nossa classe, tudo isso não passa de inverdade. Os únicos que serão beneficiados, com esse modelo de reforma da previdência, serão os banqueiros e o FMI, que querem colocar suas mãos nas economias da classe trabalhadora. A política do neoliberalismo para os sistemas de previdência, nestes últimos 20 anos, se resumiu a tentativa de privatizá-las através da criação dos fundos de pensão, colocando as economias e poupanças dos trabalhadores à mercê das oscilações do mercado financeiro. Esta manobra serviu apenas para engordar o lucro dos banqueiros e dos especuladores, trazendo prejuízo aos trabalhadores. Exemplo disso é que, nestes últimos dois anos, com a queda nas bolsas de valores em todo o mundo, os prejuízos nas aplicações financeiras chegaram a mais de U\$ 13 trilhões de dólares, atingindo duramente os fundos de pensão.

A dita reforma da previdência que os “mercados” querem, já foi elaborada pelo governo FHC juntamente com o FMI e duramente criticada pela CUT. Agora, é preciso manter a coerência! Neste sentido a CUT deve rejeitar, veementemente, qualquer tentativa de transformarem o funcionalismo público em bode expiatório desta reforma, defendendo que o governo Lula adote, como medida inicial e prioritária, a realização de uma auditoria nas contas da previdência e o combate aos sonegadores.

Além disso, é necessário lutar pela garantia do seguro-acidentes de trabalho para todos os brasileiros e de piso previdenciário (um salário mínimo) como direito universal a todos os brasileiros com 60 anos ou mais, independentemente de comprovação e de tempo de contribuição, pois os trabalhadores já contribuíram expressivamente, de forma indireta, com o pagamento de Confins, INSS, seguro-acidentes do trabalho e outros impostos e contribuições que recaem sobre a folha de salários e estão, portanto, embutidos nos preços dos produtos consumidos.

2.2.8 Não à independência e a autonomia do Banco Central

2.2.8.1 Mobilizar pelas verdadeiras reformas que o país precisa

A prioridade dos trabalhadores e da CUT deve ser garantir que as mudanças necessárias, as verdadeiras reformas a favor da maioria do povo, sejam executadas desde já. Não nos enganemos: a manutenção desta mesma política econômica por parte do governo Lula só irá levar o país a aprofundar o caminho da dependência externa e da subordinação ao FMI. O caminho da ruptura e da mudança tem que ser construído desde já, apoiado na mobilização dos trabalhadores. Neste sentido, é

tarefa da CUT organizar as lutas por mudanças de verdade, exigindo que o governo Lula tome um novo rumo, de ruptura com as medidas neoliberais de FHC.

Para isso, a CUT precisa defender as bandeiras históricas dos trabalhadores, que são as únicas capazes de garantir o desenvolvimento econômico, a soberania nacional e melhores condições de vida para a maioria do povo. Estas medidas são:

1) Reforma Agrária Já: melhor forma de baratear os alimentos, combater a fome e gerar emprego no campo, reduzindo a migração rural e o excedente estrutural de força de trabalho no meio urbano, que constituem importantes determinantes da estruturação de um mercado de trabalho ainda mais desfavorável aos trabalhadores e de salários extremamente reduzidos, assim como contribuem para um ritmo inusitado de crescimento das periferias urbanas e de sua imensa precariedade e para a ampliação do controle do capital sobre o trabalho. "Para resolver esse problema, é necessário realizar um amplo programa de desapropriação de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-las a todas as famílias sem terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil" (*João Pedro Stédile - MST*). A CUT deve defender como reforma prioritária uma Reforma Agrária conforme o MST está reivindicando, com garantia de terra e condições de plantar para os mais de 100 mil sem terra que estão organizados pelos acampamentos do MST;

2) Redução da Jornada de trabalho sem redução de salário: desta forma estaremos lutando pela criação de novos posto de trabalho e combatendo o desemprego, ao mesmo tempo em que esta medida representará um aumento real dos salários e uma importante distribuição de renda. Por isso a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais e a eliminação do banco de horas devem ser defendidas pela CUT, pois essas medidas têm impactos de redução da exploração da

força de trabalho e contribuem para amenizar as taxas de desemprego recordes do país;

3) Estatização do sistema financeiro e controle de capitais;

4) Reforma tributária com imposto progressivo e combate à sonegação, com expropriação dos corruptos: única forma de garantir que quem ganha mais pague mais, ao contrário do que vem acontecendo hoje, onde a maioria do povo paga imposto através do consumo, enquanto os grandes empresários encabeçam a lista dos maiores sonegadores do Brasil. É necessária uma reforma tributária que garanta a cobrança de imposto progressivo sobre renda, patrimônio, especulação imobiliária e ganhos financeiros e que isente de todos os impostos os produtos da cesta básica;

5) Reforma Urbana já: garantindo subsídio creditício e fiscal às moradias populares como parte de um plano nacional de construção de moradias populares em todo o país. Além disso, defendemos a legalização de todas as terras urbanas ocupadas e imediata garantia de urbanização e saneamento básico;

6) Defesa da reposição salarial e da ampliação dos direitos trabalhistas: é necessário que a CUT mantenha-se firme na defesa dos trabalhadores contra o arrocho salarial e o não cumprimento das leis trabalhistas, que foram parte fundamental do projeto neoliberal. Portanto a CUT deve lançar uma campanha pela imediata reposição das perdas salariais e defender medidas de punição contra os patrões que desrespeitam as leis trabalhistas. É preciso garantir a participação dos trabalhadores, dos sindicatos e das Centrais sindicais em mecanismos de controle da fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista. Neste mesmo sentido a CUT deve exigir o fim da terceirização da força de trabalho no setor privado e,

principalmente, na administração e nas empresas públicas como a Petrobrás, CEF, BB, Universidades, Escolas Técnicas e Agrotécnicas e etc.;

7) Aumento do salário mínimo: em termos de salário mínimo a CUT deve exigir que o governo Lula ponha em prática, pelo menos, o valor de U\$100 dólares, que historicamente é o que tem defendido o Senador petista Paulo Paim;

8) Em defesa do serviço público de qualidade e por melhores salários para o funcionalismo: a CUT também deve lançar uma campanha em defesa dos trabalhadores do serviço público federal, que por oito anos amargaram o arrocho salarial e o desrespeito por parte do governo neoliberal, e pela melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população. Por isso, são necessárias medidas de emergência para melhorar os serviços públicos, começando por garantir investimentos públicos para a ampliação dos próprios serviços e verbas para a imediata recuperação salarial do funcionalismo;

9) Auditoria e revisão das privatizações: o Governo Lula deve auditar e rever todas as privatizações patrocinadas pelo governo FHC, além de revisar todos os contratos realizados que são lesivos ao trabalhador brasileiro e que vêm se constituindo em aumentos abusivos de tarifas públicas acima dos índices de inflação, estrangulando ainda mais o poder aquisitivo do trabalhador. Estes contratos, também promoveram brechas para estas empresas importarem componentes e acessórios utilizados na sua operação, de maneira indiscriminada, preterindo as empresas nacionais, contribuindo ainda mais para a evasão de divisas e aumento das importações, afetando um melhor rendimento da balança comercial brasileira.

2.2.9 Reforma agrária

1. A produção agropecuária brasileira dá ao Brasil a condição de integrar, no cenário mundial, o seleto grupo dos países de grande produção e exportação agrícolas. Mas, a nossa agropecuária apresenta um desempenho medíocre quando comparada com a dos outros países deste grupo. A China produz 480 milhões de toneladas de grãos em menos de 100 milhões de hectares, ou seja, em uma área de terras agricultáveis três vezes e meia menor, a China colhe uma safra de grãos seis vezes maior que a safra brasileira. Enquanto a produção de grãos no Brasil está estagnada no patamar de 80 a 90 milhões de toneladas há quase vinte anos, a Argentina praticamente dobrou sua produção nos últimos dez anos, chegando ao patamar de 60 milhões de toneladas;

2. O tamanho da agricultura brasileira não reflete a força de trabalho disponível no campo, aproximadamente 17 milhões de trabalhadores ou 24% das ocupações existentes no país, e está longe de corresponder ao potencial agropecuário do seu território. A comparação entre a área total de lavouras com as terras produtivas, mas não aradas e a área ocupada por pastagens e o baixo índice de produtividade da pecuária, revelam o elevado nível de ociosidade e desperdício das terras agricultáveis (quadro 1);

	Área (em hectares)	Proporção da área total	Proporção da área disponível
Lavouras	41.794.455	11,8%	16,7%
Pastagens	177.700.472	50,2%	71,2%
Produtivas e não usadas	16.360.850	4,6%	6,5%

Quadro 1: Uso das terras
 Fonte: Censo Agropecuário – FIBGE 1995

3. O latifúndio é a causa fundamental do atraso em nossa economia agrária. O desenvolvimento dependente e deformado do capitalismo no Brasil, modernizou a agricultura com base no monopólio da terra, o que acentuou o uso sócio-econômico deformado deste meio de produção fundamental.. Após quase cinco séculos, a concentração fundiária apresenta-se como uma das maiores do mundo (quadro 2).

	Proporção sobre o total de estabelecimentos	Proporção da área total
Menos de 100 hectares	89%	20%
Mais de 1000 hectares	1%	45%

Quadro 2: Distribuição dos Estabelecimentos

Fonte: Censo Agropecuário – FIBGE 1995

Como não foi precedida pela Reforma Agrária e acesso aos serviços e bens sociais (educação, saúde, etc) pela maioria da população rural, esta modernização conservadora da agricultura acarretou ao povo brasileiro um enorme e doloroso custo social: aumentou a concentração da renda; favoreceu a concentração industrial no Sul e Sudeste; e provocou um desumano êxodo rural, que ajudou a transformar as maiores cidades em centros urbanos inchados por periferias degradadas e preches de violência.

4. O desenvolvimento desigual da economia nacional é particularmente acentuado no que se refere à economia agrária. O chamado Centro-Sul, formado por apenas oito estados, concentra mais de 70% do valor e da produção agrícola.

Por outro lado, a região Nordeste, com 46% do total do pessoal ocupado na agricultura, detém apenas 15% do valor da produção (quadro 3);

	Valor da produção	Pessoal ocupado	Frota de tratores
Nordeste	15%	46%	7%
SP, PR, SC, RS	49%	24%	63%

Quadro 3: Regiões - Proporção do total nacional

Fonte: Censo Agropecuário – FIBGE 1995

5. Desde que foi implantado em 1950, pela primeira vez o Censo Agropecuário registra uma redução do número de estabelecimentos agropecuários, que diminuiu em 942 mil unidades entre 1985 e 1995. Do total de estabelecimentos extintos, 96% apresentavam áreas inferiores a 100 hectares. Por outro lado, com a incorporação de mais 790 mil hectares, cresceu em 4% o número de estabelecimentos com área entre 10.000 a 100.000 hectares;

6. Ao caótico e desumano êxodo rural que despejou nas cidades, entre os anos 1960 e 1980, um contingente de brasileiros igual ao tamanho da população da Argentina, acrescentou-se um brutal aumento do desemprego agrícola na década de 90. O número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas sofreu uma redução de 23%, ou seja, mais de cinco milhões de pessoas perderam seus postos de trabalho na agricultura;

7. A orientação econômica neoliberal agravou a crise no campo. Enquanto na União Européia a agricultura recebe todos os anos 120 bilhões de dólares de subsídios diretos e indiretos, aos agricultores brasileiros o governo FHC impôs as mais altas taxas de juros, corte dos subsídios e dificultou o acesso aos poucos recursos do crédito agrícola. Os setores produtivos de base interna foram submetidos a uma predatória concorrência de produtos importados;

8. O crescimento da luta pela terra e o assentamento de milhares de famílias representam uma conquista do sindicalismo rural e dos movimentos de luta pela terra. Mesmo assim, não foi suficiente para causar alguma mudança na estrutura agrária e coibir o assassinato de trabalhadores rurais e a impunidade dos assassinos e seus mandantes;

9. A ação do governo FHC na questão fundiária está longe de representar uma política de reforma agrária. Os assentamentos não passam de medidas compensatórias frágeis e de curta duração. No primeiro mandato de FHC foram assentadas perto de 300 mil famílias; por outro lado, nos dois primeiros anos de seu governo desapareceram 400 mil estabelecimentos agropecuários com área de até 100 hectares;

10. A Reforma Agrária e o Fortalecimento da Agricultura Familiar estão entre as medidas essenciais para dar um novo rumo ao país, que recoloca o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável com crescimento econômico e distribuição de renda. A reforma agrária e a mudança de política agrícola são necessárias para que a agricultura produza alimentos para o mercado interno, ajude a eliminar a pobreza e a desigualdade social no meio rural, e seja um fator de desenvolvimento social para o meio rural e urbano;

11. Assim como o "capital se faz em casa", o Brasil tem que aprender a financiar seus programas econômicos e sociais com recursos domésticos, sob pena de perpetuar a dependência externa. É preciso acabar com programas de obtenção de recursos fundiários baseados no financiamento externo como o Banco da Terra e a mercantilização da desapropriação de terras para o assentamento fundiário;

12. Um programa de reforma agrária deve conter mudanças na legislação para limitar regionalmente o tamanho da propriedade agrícola e estabelecer áreas reformadas que sigam um zoneamento agro-ecológico e oriente o reordenamento do espaço territorial do país. Este programa deve conter assistência técnica e extensão rural pública e gratuita, e crédito rural subsidiado.

2.3 Conjuntura Estadual

A Política neoliberal imposta no país, na década de 90, tem corroído os estados com a ferrugem do desemprego. No RN não poderia ser diferente. O rastro de miséria e desemprego está estampado no seio das famílias que clamam por mudanças e melhores dias para seus filhos, futuros trabalhadores e transformadores deste país.

A oligarquia, na política partidária, que se instalou em nosso estado desde a década de 60, tem empobrecido e escravizado cada vez mais a massa trabalhadora. Governos não comprometidos com os anseios da população têm deixado seqüelas irreparáveis.

Os órgãos públicos, nesses últimos anos, têm sido sucateados ou privatizados para atender interesses de alguns grupos políticos. A saúde virou doença crônica e a educação tem sofrido com o descaso do poder público. O funcionalismo, de modo geral, não tem sido valorizado nem financeiramente e nem profissionalmente. Sendo tratado como a escória norterriograndense.

As políticas sociais, que não existem, servem como cabos eleitorais para explorar a carência da população menos favorecida que é enganada com programas paliativos como o do leite, do pão vitaminado, etc; quando deveriam oferecer condições para uma vida digna, combatendo o desemprego e criando medidas de proteção aos desempregados.

Somos da opinião que o difícil quadro sócio-econômico do RN poderá ser alterado com o resultado das últimas eleições, as quais apresentou um avanço das forças populares com a eleição dos deputados de esquerda para a assembleia

Legislativa, e no rompimento da barreira conservadora no estado, para o Congresso Nacional, com a expressiva vitória da deputada estadual Fátima Bezerra, a mais votada, para a Câmara Federal. Bem como, a eleição da professora Vilma de Farias para o governo do estado com o apoio no segundo turno dos partidos da Frente Popular Potiguar (PT, PC do B, PMN e PL), aliada ao projeto nacional Lula Presidente.

2.4 Hospitais Universitários

Hu's: local de (des) humanização?

Os HUs são instituições que têm como missão o ensino, a pesquisa e a extensão, que é realizada através da assistência prestada aos pacientes encaminhados pelo SUS. Estes hospitais estão na área de serviços, e como todo serviço pressupõe que exista alguém que precisa ser assistido e outro que deve assisti-lo. Daí a importância de ambos, assistido e assistente, estarem conscientes de seus papéis.

No caso das instituições que prestam assistência à saúde, dentre elas o hospital, existe uma relação tanto vertical entre assistente e assistido no sentido de que aquele necessita está "bem" para poder desenvolver a contento o seu papel, quanto uma relação horizontal no sentido de que seus direitos devem ser preservados e respeitados por toda equipe que o assiste.

É imprescindível discutir a Qualidade de Vida no Trabalho desta pessoa que assiste e para isto consideramos importante a discussão dos seguintes pontos:

1 - Rediscutir o complexo de atenção à saúde:

- Discutir os pontos negativos e positivos que foram encontrados nesta experiência. Neste momento, apontados pelos responsáveis pelos serviços que já estão unificados. Esta discussão é importante porque não foi realizada de maneira ampla e democrática quando da sua implantação.

2 - Modelo de Gestão Descentralizado:

- Proporciona maior rapidez e flexibilidade do processo de trabalho, características que são imprescindíveis quando lidamos com a vida humana;
- Desenvolve uma cultura de autonomia necessária ao desenvolvimento de atividades na área da saúde.

3 - Modelo de Gestão Democrático:

- Desenvolve o respeito pelo conhecimento e opinião do outro;
- Desenvolve o comprometimento, pois as decisões tomadas são construídas até chegarem ao consenso e as metas traçadas são de responsabilidade de todos;
- Incentiva a criatividade, já que existe um ambiente em que há liberdade e respeito pela idéia do outro.

4 - Desenvolvimento das Pessoas:

- **Programa de Atenção à Saúde do Servidor** – é inconcebível alguém prestar uma assistência que não indicaria para si ou para seus dependentes, e o pior é desejar dispor destes serviços e não poder utiliza-los na sua própria instituição. Consideramos que este programa desenvolve comprometimento, no sentido de crença no que você faz;

- **Treinamento** – a partir do momento em que o servidor tem conhecimento das suas atividades e está sempre se atualizando, isto aumenta sua motivação e também garante a qualidade dos serviços prestados, gerando maior segurança para o paciente. É importante também frisar que como instituição de ensino, referência para o Estado, os seus profissionais devem estar aptos a desenvolver e ensinar procedimentos e técnicas de última geração;
- **Remuneração Digna** – remuneração que atenda às necessidades básicas de alimentação, saúde, educação e moradia. Pois a satisfação dessas necessidades contribuirá para um melhor desempenho durante o exercício profissional;
- **Clima Organizacional** - neste ponto, é importante desenvolver treinamentos de formação gerencial para que desenvolvam uma liderança democrática, baseada no respeito e valorização do ser humano.

05 - **Financiamento** – tripartite (Ministério da Educação e Cultura, Min. de Ciência e Tecnologia e Min. da Saúde).

2.5 Universidade e Autonomia

A representação dos trabalhadores das universidades, através das ações e políticas de lutas implementadas pela FASUBRA, vem se constituindo no exemplo de resistência às tentativas de se implantar, no Brasil, um modelo educacional prejudicial e nocivo à educação transformadora da realidade, crítica, universal e libertária.

Em vista da responsabilidade histórica na defesa das universidades públicas, construímos o projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores, resultado de um trabalho coletivo, da categoria dos técnico-administrativos. Nesse sentido, a luta pela construção de uma universidade pública, gratuita, com compromisso e qualidade social é um objetivo a ser alcançado coletivamente por todos os trabalhadores brasileiros, em particular das universidades.

No plano político, a autonomia que defendemos para as universidades brasileiras representa uma construção milenar, onde buscamos, concretamente, a liberdade de pensamento e de expressão, onde a coletividade e a instituição pública possam dirigir-se por vontade própria, estabelecendo as regras de seu comportamento e de sua organização.

A autonomia, enquanto instrumento para se proteger contra o arbítrio e a intervenção do poder, preservando sua característica de espaço livre de indagação, debate e crítica, é fundamental porque é uma instituição permanente da sociedade, cujos resultados só podem ser avaliados a médio e longo prazos.

O exercício pleno da autonomia, concretamente, demonstra a necessidade, por parte da universidade, da mais ampla divulgação das ações desenvolvidas e da transparência do modo como administra as verbas públicas colocadas à sua disposição.

Ainda como ponto fundamental nesse item, colocar a necessidade de nos contrapormos ao tratamento da educação enquanto mercadoria, não entregando a educação superior ao livre comércio. Essa atitude prejudica o equilíbrio social, quando não corrige as desigualdades sociais, impede a consolidação e a transmissão dos valores éticos e culturais, afetando a necessidade de construção de uma

sociedade democrática, mais justa e mais solidária. Impede, também o desenvolvimento sustentável comprometendo a qualidade de vida do Povo Brasileiro.

2.5.1 Universidades Públicas

Acreditamos que a FASUBRA tem um enorme desafio: manter **nossa autonomia e independência** diante do governo. Para isso, é necessário que nossa Federação apresente **um projeto de emergência para as Universidades e seus Trabalhadores**. Um projeto que parta da ruptura com o imperialismo neoliberal e se contrapondo ao Projeto da ALCA para nosso país e que avance no modelo de Universidades Pública, gratuita que desenvolva ensino, pesquisa e extensão com qualidade e abrangência a todas as classes sociais brasileiras.

Ainda que pareça um grande desafio, a FASUBRA é uma entidade que conseguiu credibilidade e respeito na luta em defesa da Universidade Pública e seus trabalhadores. Autoridade conquistada pelo peso político de uma das categorias que mais lutou nas últimas duas décadas. Uma categoria heróica que enfrentou a proibição de greves no período da ditadura militar obtendo inúmeras vitórias. Assim como os amargos anos 90, quando realizamos fortes greves, em suas maiorias com ganhos financeiros ou políticos.

Ainda sobre Universidades, devemos continuar lutando pela conquista de nosso Plano de Cargo Único e de Autonomia. Por outro lado, temos que avançar em debates como a Terceirização e as Fundações, organizando seminários específicos sobre estes temas. Pois, estes dois processos têm avançado com uma enorme velocidade, privatizando as Universidades por dentro. Temos ainda que lançar uma

campanha unificando toda a Comunidade Universitária e a comunidade em geral, pela ampliação das vagas e lutar por uma CPI do Ensino Pago. Uma CPI que ponha a nu as grandes corporações de ensino privado no país.

2.5.2 Universidade para todos!

A educação tem sido uma das vítimas principais dos planos neoliberais. De um lado a asfixia dos constantes cortes de verbas e de outro os processos de privatização, desde cobrança de taxas, convênios com empresas, demissões voluntárias, terceirização etc - além do ostensivo apoio ao ensino privado. As reformas já aplicadas por FHC e tentativas como o Projeto de Autonomia da ANDIFES vão aplainando o terreno para a aplicação da ALCA e a entrada das grandes corporações internacionais de ensino privado em nosso país.

2.5.3 Encontro Latino Americano dos Trabalhadores e Estudantes do Ensino Superior

O setor da Educação tem sido um dos que mais lutou em nosso continente, desde a greve heróica da Universidade do México - As aulas públicas na Argentina, sem falar de nossa última greve em 2001. Portanto, a FASUBRA tem que chamar junto com o ANDES e a UNE, um Encontro Latino Americano dos Trabalhadores e Estudantes do Ensino Superior. Neste Encontro, devemos montar um plano de lutas unificado contra a participação desses países neste acordo. Lutar por uma universidade que forme homens e mulheres integrados a sua realidade e cumprindo sua função social.

2.6 Organização Sindical

A atuação do movimento sindical brasileiro tem sido marcante na história do Brasil. Já no início do século, com o advento da industrialização, surgiram movimentos e as primeiras greves, organizadas pelos trabalhadores imigrantes, dirigidas predominantemente pelos anarquistas, reivindicando melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho e aumento salarial.

Após o golpe militar, os sindicatos sofreram intervenção e seus dirigentes cassados e perseguidos. O movimento dos trabalhadores jogou papel decisivo para o fim da Ditadura e a conquista da redemocratização. A principal liderança de então foi eleito presidente da república.

A Constituição de 1988 varreu o entulho autoritário, ampliou os direitos trabalhistas e estendeu-os aos trabalhadores do campo, legalizou a organização sindical dos servidores públicos e proibiu a intervenção do Estado nos sindicatos. Algumas lacunas restaram: a legalização das centrais e a regulamentação da organização no local de trabalho foram algumas das mais importantes.

Posteriormente, os avanços foram contidos pela legislação e por decisões judiciais que vieram a limitar o direito de greve, restringir a substituição processual dos sindicatos e conceder efeito suspensivo às decisões dos tribunais regionais do trabalho favoráveis aos trabalhadores.

As alterações na organização da produção e a introdução de novas tecnologias exigem um novo sindicato, mais forte e representativo, enraizado nos locais de trabalho, unitário por ramo de atividade, independente e livre. Entidades preparadas para garantir e ampliar as conquistas sociais, para incorporar amplos setores

excluídos e marginalizados pela economia capitalista, que sobrevivem através de trabalhos precários, temporários, biscates e até atividades ilícitas, que não têm vida e organização sindical. Mas devemos estar alertas quanto ao perigo da pulverização sindical, da fragmentação das entidades com a constituição de sindicatos por empresa, ou deixar as entidades sem fontes de custeio que garantam a sua sobrevivência.

O sindicato que interessa aos trabalhadores na defesa de seus interesses é um sindicato unitário, combativo e democrático.

A transição para o novo modelo deve respeitar o que foi conquistado em termos de organização e deve ser feita de forma democrática, com ampla consulta e prevê que as mudanças devem ser feitas através da deliberação dos trabalhadores, e não por vontade e pelo interesse de pequenos grupos. Queremos mudar o que existe de ruim, mas não queremos jogar na lata do lixo o que foi conquistado pela luta dos trabalhadores.

A unidade dos trabalhadores é uma arma estratégica e imprescindível na luta pelas melhorias de condições de vida e pelas transformações necessárias na sociedade. Historicamente, os patrões e os inimigos dos trabalhadores sempre pregaram a divisão do movimento sindical. A mudança a ser feita é para possibilitar a ampliação da unidade dos trabalhadores. Estender a representação da entidade para segmentos mais amplos e para setores atualmente inorganizados.

Assim, temos como um dos pressupostos a guiar a nossa proposta de reforma que devemos repudiar qualquer possibilidade de fragmentação das entidades. Devemos ter salvaguardas para evitar o sindicato por empresa, estabelecer a base mínima territorial de um município para a organização de um sindicato.

Qualquer mudança não pode desconsiderar as entidades que existem, a(s) categoria(s), a base territorial que representam e abrangem. É a partir do que construímos que devemos realizar a mudança e não negar ou ignorar a organização, o patrimônio e a história das entidades.

A unicidade sindical, princípio que vigora no país, que não permite a criação de mais de uma entidade sindical na mesma base territorial, representativa da mesma categoria econômica ou profissional, estabelece um sistema organizativo com algumas garantias que não podemos ignorar: impede a pulverização e o sindicato por empresa; define de forma clara quem realiza a negociação coletiva e quem é abrangido pelo resultado desta negociação; e facilita a arrecadação da contribuição sindical. Contra o Imposto Sindical.

No movimento sindical, existe um debate que vem se aprofundando no seio das forças políticas sobre estrutura sindical. Esse debate aponta, fundamentalmente, dois eixos: 1) A permanência da estrutura organizacional vigente e; 2) Concepção mais recente, defende a organização por ramo de atividade no sentido de reduzir drasticamente a fragmentação hoje existente. Essa concepção aponta como um dos pontos nevrálgicos dessa fragmentação a fragilidade que expõe a classe trabalhadora com menos poder organizativo a obter pressão junto aos poderes constituídos, sejam patrões ou governos.

O que identificamos de mais importante nesse, ou discussão, é a necessidade de continuar aprofundando o debate junto à classe trabalhadora, para que num processo de trabalho crescente de consciência, ela possa definir os rumos da estrutura sindical capaz de dar resposta efetiva à nova realidade sócio-econômica-política-cultural.

Segundo o censo sindical do IBGE, temos 11.354 sindicatos de trabalhadores. Alguns indicam este número como excessivo e que seria a prova de que a unicidade não evita a pulverização e indicam como exemplo países como a Alemanha, onde existem 4 ou 5 sindicatos nacionais. Primeiro, devemos considerar a realidade do Brasil, o seu tamanho e a sua diversidade regional e econômica, assim como o fato de muitas entidades terem surgido após a Constituição de 1988, principalmente de servidores públicos. Segundo, no Japão, onde é permitida a criação de sindicatos sem qualquer limite, existem mais de 70.000 sindicatos. Terceiro, a existência de poucos sindicatos na Alemanha não significa que não haja outras entidades sindicais. Na prática, as organizações por local de trabalho destas sindicatos, funcionam como sindicatos de empresas e somam milhares. Ou seja, não importa o nome, o que importa aqui é que se tem ou não uma organização sindical fragmentada. É desejável mudança na forma de sustentação financeira das entidades. Ao lado da extinção gradativa do imposto sindical deve-se garantir autonomia para que a assembleia fixe a contribuição dos trabalhadores, que deve ser descontada, obrigatoriamente, em folha de pagamento.

Também se faz necessário a discussão sobre um código eleitoral sindical que estabeleça regras para se garantir os princípios da democracia e transparência nas entidades. Fixar procedimentos eleitorais, com prazos razoáveis de inscrição de chapa e campanha eleitoral, que garantam a participação de todos; limites de tempo de gestão; respeito às instâncias democráticas da entidade; e outras questões.

2.6.1 Negociação coletiva

A negociação coletiva deve ser fortalecida, sem significar que vamos afastar o Estado de sua função de equilibrar a relação dentre desiguais, ou que vamos quebrar as condições sociais garantidas na Constituição e na Lei.

O atual sistema conhece dois tipos de contratos coletivos de trabalho: o acordo coletivo de trabalho e a convenção coletiva de trabalho, que tem prazo máximo de validade de dois anos. O primeiro, firmado entre entidade sindical ou entidades sindicais de trabalhadores e empresa ou empresas; o segundo, fruto da negociação dentre entidades sindicais de empregados e de empregadores. O resultado da negociação coletiva é reconhecido pela constituição. Os limites que se impõem à negociação coletiva são as disposições atuais mínimas de garantia de direitos, não se pode negociar abaixo da lei.

Pelas regras atuais, onde vigora o princípio da unicidade sindical, a negociação é feita pela entidade sindical com registro depositado no arquivo de entidades sindicais brasileiras, com a entidade da categoria reflexa. O que for negociado vincula a todos os representados pelas entidades acordantes: os trabalhadores da categoria profissional de um lado e as empresas da categoria econômica de outro.

As centrais sindicais não podem realizar a negociação coletiva, pois não são reconhecidas legalmente.

A negociação coletiva como solução desejável dos conflitos trabalhistas deve ser incentivada com mecanismos para coibir que a parte se negue à negociação ou que a faça de má fé.

2.6.2 Plano emergencial

Para reverter o atual quadro de precarização, exploração e desvalorização do trabalho, podem e devem ser tomadas medidas e ações urgentes:

1 - Fortalecimento da fiscalização. O quadro de auditores fiscais do ministério do trabalho está reduzido. É necessário recompor este quadro e dar condições de trabalho aos fiscais para coibir a informalidade e a terceirização fraudulentas, a falsas cooperativas de trabalho e o desrespeito às normas de higiene e segurança do trabalho.

2 - Formalização da relação de emprego. Incrementar a fiscalização à informalidade. Aumentar o valor das multas pela não anotação do contrato de trabalho na Carteira Profissional.

3 - Combate à terceirização. Rever as disposições sobre a terceirização para restringir a casos mínimos. Proibir a terceirização pela administração pública. Estabelecer responsabilidade solidária entre a tomadora e a prestadora de serviços. Prever multas nos casos de descumprimento das condições legais.

4 - Fim das cooperativas fraudulentas. Alterar o art. 442 da CLT para impedir a contratação de mão-de-obra por cooperativas fraudulentas. Realizar um mutirão de fiscalização para combater esta fraude.

5 - Jornada de Trabalho. Redução da jornada de trabalho sem redução do salário. Limitação às horas extras.

6 - Anistia aos dirigentes sindicais. Anistia aos dirigentes sindicais perseguidos e demitidos injustamente.

7 - Trabalho Rural. São necessárias medidas específicas para o trabalho rural; fiscalização para combater a informalidade e trazer o trabalhador para o regime da

previdência social. Pagamento do seguro desemprego para o trabalhador rural que trabalha de safra.

8 - Combate ao trabalho infantil e escravo. Incrementar a fiscalização e combate à todas as formas de trabalho infantil e escravo. Aumentar o valor das multas e penalidades para os empregadores que explorem o trabalho infantil e/ou escravo.

Desta forma esperamos contribuir e principalmente aprender com os debates deste congresso, ajudando a armar nossa categoria para os duros enfrentamentos que teremos pela frente.

2.6.3 Reforma trabalhista

O governo Lula anuncia a reforma trabalhista, com a constituição do Fórum Nacional do Trabalho, fórum tripartite que irá negociar propostas de Emenda Constitucional e Projetos de Lei, a serem enviados ao Congresso Nacional.

A globalização neoliberal promove um retrocesso das condições dos que vivem do trabalho, aumentou o desemprego e a exclusão social. O trabalho é aviltado, tratado como uma mera mercadoria que deveria se submeter às leis de competição do mercado capitalista, é um período regressivo, de retrocesso de conquistas históricas. Tenta-se "privatizar" o direito do trabalho e negar seus princípios informadores que têm base na constatação da extrema desigualdade existente entre o capital e o trabalho; e que a aspiração da norma laboral é garantir a dignidade humana do trabalhador em face da fome de lucro do capital.

A destruição do sistema de proteção social construído durante o século XX, como resultado de lutas operárias memoráveis, trouxe por todo o mundo a desesperança, a indignação e a violência. Nos países subdesenvolvidos essa legião de sem-trabalho, de trabalhadores precários, temporários e marginalizados é mais numerosa, a situação é mais aguda e crônica.

No Brasil do governo neoliberal de FHC foram repetidas até a exaustão, com a aspiração de se tornarem verdades, afirmações que justificavam o ataque aos direitos dos trabalhadores; a CLT é antiquada; as leis trabalhistas impõem um custo que impede o desenvolvimento econômico; nossa legislação é muito rígida e precisa ser flexibilizada; e não existe a livre negociação. Trata-se mais de propaganda para justificar subtração das garantias arduamente conquistadas, do que uma crítica fundamentada aos muitos defeitos existentes.

A CLT apesar de ser uma norma de 1.943 não ficou sem alterações. Foram mais de 900 mudanças que ocorreram em seu texto. Nos últimos anos estas mudanças se aceleraram. Ocorre que foram mudanças para retirar direitos: contrato por tempo determinado, banco de horas, comissão de conciliação prévia e tantas outras.

A Consolidação se manteve praticamente sem alterações até 1.967. Neste período, os índices de crescimento econômico do país foram muito maiores que os índices medíocres atuais destes tempos de desregulamentação neoliberal.

Temos uma das legislações mais flexíveis do mundo, um salário mínimo medíocre, uma jornada de trabalho extensa e prolongada por horas extraordinárias sem limites. O empregador é livre para demitir um trabalhador e subtrair a sua fonte de sustento, ao contrário de outros países que só permitem a demissão com prova de um motivo relevante.

O reconhecimento da validade da negociação entre os trabalhadores e os patrões é garantido na Constituição Federal, o que a lei impede é que as normas mínimas de proteção sejam quebradas, a negociação para pior. Mesmo assim, a Constituição permite que isso ocorra com o salário e a jornada de trabalho, se for fruto de negociação coletiva com a participação do sindicato.

A vitória das forças oposicionistas abre uma ampla possibilidade de construir um governo de resistência à vaga conservadora liberalizante com a aplicação de um novo projeto para o país, em defesa da democracia, do desenvolvimento econômico e da soberania nacional. Um novo projeto para o país de inspiração democrática e de defesa nacional. É com este conteúdo de oposição, contra-tendência, resistência, antítese ao projeto neoliberal que deve ser conduzida a reforma trabalhista do novo governo.

O debate deve ser iniciado com a realização de um fórum nacional dos trabalhadores, para unificação de propostas a serem discutidas em um fórum mais amplo.

2.6.4 A ampliação do emprego público

É outra política complementar fundamental, sem a qual nenhum país capitalista jamais se aproximou da oferta de ocupação ao conjunto dos trabalhadores. Aos governos liberais coube o papel de atribuir as responsabilidades da crise econômica aos servidores públicos, aos cabides de emprego, aos marajás. Mas os dados são inquestionáveis e mostram que o peso do emprego público no Brasil (cerca de 7 milhões) não ultrapassa 10% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira,

atualmente em quase 80 milhões. Em vários países da Europa, a participação do emprego público no total é maior do que 20%, alcançando 38% na Suécia, 25% na média dos países da OCDE e mesmo nos Estados Unidos, com sua tradição liberal, é de quase 20% da PEA. Sem a ampliação do emprego público, é impossível pensar em serviços públicos de boa qualidade, em reestruturar a administração pública, a saúde, a educação, a previdência e assistência social, a segurança, a fiscalização, a justiça, a cultura, os esportes, fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhadores brasileiros. Também a ampliação do emprego público pode amenizar os impactos perversos do desenvolvimento das forças produtivas nas sociedades capitalistas em geral e, ainda mais, nas sociedades de capitalismo dependentes latino-americanos com seus brutais excedentes de força de trabalho. As inovações tecnológicas comandadas pelo capital criam e recriam uma superpopulação relativa e amplificam o exército industrial de reserva. À medida que a criação de ocupações no setor público não precisa ser determinada pela lógica de valorização do capital, mas sim pode ser resultado de uma determinação política para produção de riqueza que dê origem a uma forma de apropriação coletiva e não privada, o emprego público é uma forma de restringir o poder destrutivo do capital sobre o trabalho. Nessa direção, também é necessário rediscutir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), particularmente nos pontos em que colocam uma camisa de força à ampliação da contratação de servidores públicos, mesmo em municípios e estados que têm ou terão recursos passíveis de serem utilizados para esse fim. A lei representa uma forma de garantir que os recursos públicos assegurem o financiamento da dívida pública e a remuneração dos credores, enquanto impede a ampliação do gasto na área social e a ampliação do emprego no setor público, contribuindo para o

espantoso processo de precarização das relações de trabalho e de terceirização na administração e nas empresas públicas.

Também é necessário, em função da existência de um desemprego muito elevado com mais de 12 milhões de brasileiros nessa situação, que sejam tomadas medidas de emergência para todos os segmentos de desempregados: jovens, adultos e idosos; homens e mulheres; trabalhadores rurais e urbanos. A situação de desemprego atual não pode ser enfrentada por políticas específicas, pois o desemprego não atinge somente os jovens, ou os negros, ou as mulheres, o desemprego explodiu entre todos os segmentos da população brasileira e elevou-se relativamente muito mais entre as pessoas com mais de 40 anos, os chefes de família, do que entre os jovens que historicamente apresentam elevadas taxas de desemprego no Brasil. Nesse sentido, os trabalhadores que atualmente estão empregados e atuantes nos segmentos mais organizados necessitam demonstrar solidariedade aos trabalhadores desempregados, aos trabalhadores que somente se encontram na informalidade ou que estão sendo empurrados para atividades ilegais por falta de oportunidade, assim como aos trabalhadores que vegetam na economia de subsistência no meio rural, aos trabalhadores volantes que passam a maior parte do ano desempregados. A defesa da **implantação urgente de ampla frente de trabalho no meio urbano e rural** e de **ampliação da cobertura do seguro desemprego, dos atuais três a cinco meses, para o período de um ano**, caminha na construção de uma ação concreta de solidariedade dos trabalhadores mais organizados com os demais, e que também poderão contribuir para amenizar a situação daqueles entre nós, que futuramente venham enfrentar o desemprego.

2.6.5 Balanço político e organizativo do SINTEST - gestão 2000/2003

Ao realizar o balanço político e organizativo da direção do SINTEST-RN na gestão 2000/2003, devemos considerar três questões que determinaram e influenciaram a atual direção do nosso sindicato: A situação política interna no país; os desafios políticos e organizativos do sindicato; e a necessidade de maior empenho por parte de alguns diretores no trabalho sindical.

A atual gestão do SINTEST-RN coincidiu basicamente com o segundo mandato do governo FHC. No primeiro mandato de FHC, as prioridades políticas do seu governo foram com as reformas econômicas, (abertura da economia, entrega dos portos, privatização das estatais, etc). Já no segundo, as reformas prioritárias foram as da ordem social mais precisamente dos direitos trabalhistas. As reformas da ordem social e trabalhista passaram a ser exigidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelas grandes corporações industriais, a partir da crise de 1998.

Nesta onda antitrabalho, várias medidas provisórias provocaram a flexibilização e a desregulamentação das relações trabalhistas. Um emaranhado de leis reacionárias foi encaminhado por FHC ao Congresso Nacional e aprovado neste período. Na ordem constitucional, a reforma dos artigos sétimo e oitavo da Constituição Federal (direitos sociais e organização sindical) era o objetivo central, o que determinou várias manobras para possibilitar sua aprovação, que não foi possível em função do desgaste político do governo e da divisão da sua base de sustentação parlamentar. A última tentativa do governo foi flexibilizar a CLT, a Consolidação das Leis Trabalhistas, alterando o artigo 618 com o propósito de

estabelecer a primazia do negociado sobre o legislado. Esta matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados com muita dificuldade e encontra-se paralisada no Senado.

O aprofundamento das políticas neoliberais, o crescimento vertiginoso da crise social, a agressividade com que o governo tentou conduzir a reforma trabalhista, e o ataque aos servidores técnicos administrativos das universidades, com a implantação da GDAE, fez com que a categoria aceitasse a orientação da direção do sindicato e fizesse a maior greve desse mandato do FHC, causando-lhe uma grande derrota.

Na estrutura interna do SINTEST_RN e no cotidiano, os problemas ainda não foram superados, o hegemonismo e o exclusivismo político estão presentes, em que pese o ótimo relacionamento que foi estabelecido após o ultimo congresso da FASUBRA.

A exceção desse bom relacionamento é um grupo da diretoria que se intitula Fração Trotskista, que apesar de estar na direção, se diz oposição e de forma irresponsável ataca o sindicato, causando profundo desgaste ao instrumento de luta dos trabalhadores.

Outro problema grave é a despolitização de alguns diretores e pouca participação nas mobilizações.

- Mudamos o local da sede do sindicato, visando melhores condições de trabalho e atendimento;
- Firmamos importante convênio com o SESC;
- Ampliamos e melhoramos a comunicação do SINTEST através de site, internet e distribuição periódica do jornal;
- Na greve de 2001, conseguimos o arquivamento de um processo político contra um dirigente sindical;

- Comemoramos os 10 anos de existência e luta do SINTEST/RN prestando homenagem a três companheiros “in memória”;
- Dando continuidade ao processo de descentralização da estrutura do sindicato, instalamos a delegacia em Caicó e Santa Cruz;
- Conseguimos o pagamento imediato do adicional noturno dos vigilantes que foi retirado no período da greve;
- Ampliamos o atendimento no sindicato com a contratação de mais um funcionário;
- Conseguimos alteração junto ao Deptº de Pessoal/UFRN, dando a liberdade ao servidor de escolher qual agência bancária que ele quer usar;
- Estamos implementando um importante arquivo de dados com histórico e informações do SINTEST/RN;
- Participamos da fundação do comitê da luta contra a ALCA, trouxemos importante debate com a participação do ex-embaixador Samuel Pinheiro, atividade conjunta com ADURN e DCE;
- Realizamos importante seminário sobre HU’S, sobre a ALCA, Reforma Sindical;
- Participação nas lutas locais e nacionais;
- Fruto da última greve, a qual participamos ativamente, local e nacionalmente, inclusive com um dirigente na Direção Nacional da FASUBRA e do Comando Nacional de Greve, GT MEC conquistamos a incorporação da GAE como também a manutenção da paridade entre ativos e aposentados;

CONTINUAMOS na luta por:

- Uma previdência pública que atenda aos trabalhadores;
- Pela recuperação salarial;
- Imediata implementação do nosso plano único de carreira.

2.7 Questão Racial ou Étnica

A população negra tem ocupado o último degrau da pirâmide social no país. Quando chega no mercado de trabalho tem a desvantagem em relação aos demais trabalhadores. Em sua maioria, sem acesso à alfabetização e a qualquer tipo de aprimoramento profissional. Essa situação perdura até hoje e, com a implantação do projeto neoliberal, assistimos a um agravamento sem precedentes do racismo e da exclusão social.

O desemprego é um flagelo para o conjunto dos trabalhadores, mas sem dúvida é mais dramático para os pardos e negros. Com relação aos salários, constatamos a seguinte escala salarial: primeiro, homem branco; segundo, mulher branca; terceiro, homem negro; e quarto, mulher negra.

Somente criaremos condições objetivas para combater o racismo, com a conquista do socialismo. Integrar o Fórum Nacional de Lutas e não medir esforços para criar um movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho.

Trabalho igual, salário igual é um consigna que deve estar presente em nossas pautas de reivindicações.

2.8 Plano de Lutas

- 1) Abaixo o Ponto Eletrônico;
- 2) Plano de Cargo Único;
- 3) Reposição imediata de todas as perdas salariais;
- 4) Defesa intransigente da Universidade Pública, não à Privatização da Universidade, fim da cobrança de taxas;
- 5) Fim do Vestibular, com a criação de um novo processo seletivo que garanta o acesso democrático e exercício pleno da Cidadania;
- 6) Fim do Provão, mais verbas para a Educação;
- 7) Realizar Seminário sobre Estrutura Sindical até o mês de maio de 2003;
- 8) Congressos Anuais da FASUBRA e CUT;
- 9) Abaixo a Regulamentação da Lei de Greve;
- 10) Pela construção das oposições sindicais cutistas nos sindicatos da Força Sindical, CGT e outros;
- 11) Campanha Nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários e manutenção dos empregos;
- 12) Consolidação e fortalecimento do Fórum Nacional dos Trabalhadores para debater os temas ligados à negociação do Pacto Nacional, visando à elaboração de propostas conjuntas;
- 13) Realização de uma nova Conferência Nacional dos Trabalhadores (CONCLAT), com a participação de todas as centrais e correntes sindicais, a fim de debater a ação do movimento sindical;

- 14) Lutar por uma política econômica orientada para a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, ampliando o nível de emprego e reduzindo as taxas de juros;
- 15) O Governo Lula deve tomar iniciativas de liderar um processo de renegociação da Dívida Externa no âmbito do MERCOSUL e América Latina;
- 16) Interrupção do processo de desnacionalização e privatização das empresas públicas;
- 17) Lutar pela valorização do salário mínimo e instituição de uma política econômica que recupere o poder aquisitivo do salário mínimo, pelos cálculos do DIEESE, de forma gradual, em um prazo de até 4 anos;
- 18) Fortalecimento das organizações sindicais e fortalecimento/implementação da OLT (Organização por Locais de Trabalho);
- 19) Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar, com garantia de crédito subsidiado, Assistência Técnica e Extensão Rural;
- 20) Universalização do acesso aos serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde, educação e previdência social;
- 21) Aumentar a representação dos Técnicos Administrativos junto aos Colegiados Superiores;
- 22) Lutar por uma política permanente de capacitação dos Técnicos Administrativos;
- 23) Reavaliação imediata do Complexo Hospitalar, com a participação dos trabalhadores;

- 24) Que o Governo reestruture o Ministério do Trabalho, visando a valorização do trabalho e garanta a saúde, sem perder de vista a melhoria da saúde do trabalhador, inclusive com a implementação efetiva da assistência ao trabalhador, conforme a Legislação Específica;
- 25) Liberação de todos os dirigentes sindicais, em horário integral, para desenvolvimento das atividades sindicais.

2.9 Alterações Estatutárias

Onde se lê "Art. 3º - ... inativo ..."

Parágrafo Único – "... com o percentual de 1% (um por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo, acrescido das vantagens permanentes estabelecidas em lei",

Leia-se "Art. 3º - "... aposentado..."

Parágrafo Único – "...com o percentual de 1% (um por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo".

Onde se lê "Art. 20 - O Conselho de Representantes é o órgão de deliberação intermediária do SINTEST-RN.

...

- c) 01 representante por setor que tenha de 20 a 50 sócios; 2 (dois) representantes por setor que tenha de 50 a 150 sócios.

Parágrafo Único - No caso do setor que exceda o número de 150 sócios, acrescentar-se-á 1 representante para cada grupo de 100, e não alcançando o mínimo de 20 (vinte) sócios, não terão representantes no Conselho";

Leia-se "Art. 20 - O Conselho de Representantes é o órgão de deliberação intermediária do SINTEST-RN.

...

- c) 01 representante titular e 1 suplente por setor que tenha de 20 a 50 sócios; 2 (dois) representantes titulares e 2 suplentes por setor que tenha de 50 a 150 sócios.

Parágrafo Único - No caso do setor que exceda o número de 150 sócios, acrescentar-se-á 1 representante e 1 suplente para cada grupo de 100. No caso do setor que não tiver o número mínimo para ter 1 representante titular e 1 suplente, deverá se unir a outros setores, de modo que atinja o percentual mínimo de 20 sócios".

Onde se lê "Art. 42– As finanças do sindicato serão compostas por:

- a) Contribuição de 1% (um por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo, acrescido das vantagens permanentes estabelecidas em lei";

Leia-se "Art. 42– As finanças do sindicato serão compostas por:

- a) Contribuição de 1% (um por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo".

Acréscimo de Artigos: No Capítulo das Disposições Transitórias e Gerais, foram acrescentados os Artigos 59 e 60.

3 MOÇÕES

3 MOÇÕES

3.1 Moção Contra a Guerra e pela Paz

Nós, Trabalhadores da Educação do 3º Grau, reunidos no X CONSINTEST, vimos condenar o massacre contra o povo iraquiano, repudiando a política belicista de Bush/Blair, que procura implantar a sua ordem econômica, política e social aos países do Planeta. Os carneiros e genocidas iniciaram a matança do Povo Iraquiano, por volta das 23:30 horas, horário de Brasília, em 19 de março de 2003, bombardeando a Nação Iraquiana. Frente a essa agregação imperialista, o Povo Iraquiano deve usar todos os meios que tiver ao seu alcance para defender-se, deter a invasão do seu território e impedir que os imperialistas ianques-britânicos se apoderem das jazidas de petróleo e da sua soberania.

Portanto, conclamamos toda classe proletária, oprimidos e correntes políticas para formarmos comitês de apoio ao Povo Iraquiano e pela derrota militar dos imperialistas, bem como radicalizar nas ações de rejeição à guerra através da ação direta, utilizando o que for necessário para derrotar a agressão imperialista, e que todos os trabalhadores e trabalhadoras do planeta se juntem num movimento contra a guerra.

Abaixo a guerra imperialista de rapina contra o Iraque!

Pela derrota militar do imperialismo e triunfo militar do Iraque!

Armas para o Povo do Iraque!

3.2 Moção de Repúdio

Os Delegados e Delegadas presentes ao X Congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do RN, vêm repudiar a atitude DO Sr. JOSÉ ANCHIETA DE FREITAS, Chefe da Vigilância da UFRN, pelo seu posicionamento autoritário, antidemocrático e reacionário, quando restringe a liberdade de participação dos vigilantes aos eventos do Sindicato, com a determinação de que

aceita que o vigilante participe consciente de que vai haver perda de salário. É lamentável que este cidadão tenha militado no movimento sindical, inclusive dirigindo o sindicato da categoria. Esperamos que dirigentes com esta posição e outras idênticas, sejam rechaçados da Administração da UFRN.

3.3 Soberania sim, ALCA não!

Aos poucos, a sociedade brasileira vai se dando conta dos enormes perigos decorrentes da proposta dos EUA de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Prevista para entrar em vigor no final de 2005, ela é apresentada como irreversível pelo imperialismo norte-americano e por vários governantes neoliberais de plantão em nosso continente. Negociada às pressas e de maneira totalmente sigilosa a ALCA continua na mira dos imperialistas norte-americanos. Continua sendo a peça essencial do projeto hegemônico dos EUA. Faz parte da estratégia cada vez mais agressiva e belicista deste império, que desrespeita os fóruns mundiais, como ficou patente no veto ao protocolo de Kyoto e na ingerência para cassar o mandato do embaixador brasileiro José Maurício Bustani na OPAQ. Na prática a ALCA reafirma o total controle do continente, impondo um novo tipo de colonialismo. A ALCA, nesse contexto, representa um golpe fatal na soberania das sofridas nações latino-americanas, um violento ataque às normas democráticas e um retrocesso sem precedentes nos direitos sociais dos trabalhadores. Cabe aos trabalhadores rejeitar veementemente as condições impostas pelos EUA.

Pelo respeito ao plebiscito feito em 2002! Não a ALCA!